

Alex Fernandez Santiago

Mestre em Direito Penal pela Universidade de Buenos Aires.

Especialista em Direito Ambiental pela Universidade de Buenos Aires.

Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Coordenador Geral das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente da
Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco em Minas Gerais de 2005 a 2009

Representante do Brasil no Conselho da Rede Latino-americana de Ministério
Público Ambiental em 2012 e 2013.

**FUNDAMENTOS DE
DIREITO**

PENAL AMBIENTAL



Belo Horizonte
2015



Copyright © 2015 Editora Del Rey Ltda.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.

Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*

EDITORA DEL REY LTDA.

www.livrariadelrey.com.br

Editor: Arnaldo Oliveira

Editor Adjunto: Ricardo A. Malheiros Fiuza

Editora Assistente: Waneska Diniz

Coordenação Editorial: Wendell Campos Borges

Projeto Gráfico: Dilex Editoração Ltda.

Editoração: Dilex Editoração Ltda.

Revisão: RESPONSABILIDADE DO AUTOR

Capa: CYB Comunicação

Foto Capa: Heron Sanglard

Editora / MG

Rua dos Goitacazes, 71 – Sala 709-C – Centro
Belo Horizonte – MG – CEP 30190-050
Tel: (31) 3284-5845
editora@delreyonline.com.br

Conselho Editorial:

Alice de Souza Bircial

Antônio Augusto Cançado Trindade

Antonio Augusto Junho Anastasia

Antônio Pereira Gato Júnior

Aroldo Plínio Gonçalves

Carlos Alberto Penna R. de Carvalho

Celso de Magalhães Pinto

Dalmar Pimenta

Edelberto Augusto Gomes Lima

Edésio Fernandes

Felipe Martins Pinto

Fernando Gonzaga Jayme

Hermes Vilchez Guerrero

José Adércio Leite Sampaio

José Edgard Penna Amorim Pereira

Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior

Misabel Abreu Machado Derzi

Plínio Salgado

Renan Kfuri Lopes

Rodrigo da Cunha Pereira

Sérgio Lellis Santiago

Santiago, Alex Fernandes

S235f Fundamentos de Direito Penal Ambiental. / Alex Fernandes Santiago. Belo Horizonte: Del Rey, 2015.

xxii + 434 p.

ISBN: 978-85-384-0403-3

1. Brasil. [Lei de crimes ambientais (1998)] 2. Direito penal ambiental, Brasil. 3. Crime ambiental, Brasil. 4. Proteção ambiental, Brasil. I. Título.

CDU: 343.2:504



Prólogo.....	xv
Nota do Autor.....	xix
Introdução.....	1
1. O DIREITO PENAL AMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	9
1.1 Introdução.....	9
1.2 O Direito Penal Ambiental e seu entorno.....	13
1.3 O desenvolvimento sustentável como fórmula de acomodação	22
1.4 Por uma visão crítica	34
1.5 O Direito Penal Ambiental e o paradoxo do desenvolvimento sustentável	43
1.6 Breve histórico do surgimento do Direito Ambiental brasileiro	47

1.7 O exemplo histórico da criação da Lei 9.605/1998, Lei de Crimes Ambientais e a fórmula do desenvolvimento sustentável.....	52
1.7.1 Os resquícios de uma visão sanitarista de proteção ao meio ambiente	54
1.7.2 A reprodução do conflito crescimento econômico vs. preservação ambiental e a inevitável pergunta: existe contradição entre eles?	55
1.7.3 A superação do conflito e resposta à pergunta com a fórmula de acomodação do desenvolvimento sustentável....	57
1.7.4 A contradição do Estado, encarregado do crescimento e da proteção ambiental	59
1.7.5 O reconhecimento da hegemonia do Banco Mundial e da concepção econômica neoliberal de desenvolvimento sustentável.....	60
1.8 Conclusão	61
2. O PAPEL DO DIREITO PENAL AMBIENTAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	65
2.1 Introdução	65
2.2 A insegurança ao longo dos tempos. Os perigos e os riscos	66
2.3 A demanda por segurança. Thomas Hobbes e a insegurança social contemporânea.....	73
2.4 O Direito Penal e os riscos	76

2.5 O papel do Direito Penal na proteção do meio ambiente	80
2.5.1 Algumas vantagens do Direito Penal na proteção do meio ambiente	88
2.5.2 O Direito Penal Ambiental e suas dificuldades frente ao Direito Penal moderno	92
2.6 O bem jurídico protegido e a discussão entre as visões antropocêntrica e ecocêntrica. Crise de vínculo e de limite entre o homem e a natureza.....	97
2.7 A acessoriedade do Direito Penal frente ao Direito Administrativo. Necessidade de integração.....	106
2.8 Conclusão.....	110
3. A PREVENÇÃO DO DANO AMBIENTAL	113
3.1 Introdução.....	113
3.2 O dano ambiental. O dano ambiental coletivo, ecológico puro, ou aos recursos naturais, e o dano ambiental individual	114
3.3 O dano ambiental relevante.....	126
3.3.1 O dano ambiental relevante no crime de guerra ambiental.....	132
3.4 O princípio da prevenção do dano ambiental e sua projeção sobre o Direito Penal.....	145
3.5 O Direito Penal Ambiental e a precaução.....	156
3.6 Conclusão.....	167

4 A PREVENÇÃO DO DANO AMBIENTAL PELA CRIMINALIZAÇÃO DE CONDUTAS OMISSIVAS	171
4.1 Introdução	171
4.2 O sistema geral do Direito Penal e o Direito Penal Ambiental. A proteção através dos instrumentos tradicionais. Irresponsabilidade organizada, responsabilidade penal da pessoa jurídica, responsabilidade para baixo	172
4.3 Comissão por omissão. Competência por organização e deveres de asseguramento da convivência <i>vs.</i> garantia de controle de uma fonte de perigos	183
4.4 Os garantes de controle nas empresas. A teoria do <i>responsible corporate officer</i> . O dever de garantia relativo aos ilícitos penais cometidos pelos subordinados.....	193
4.5 Os garantes de controle no Brasil. O artigo 2º da Lei 9.605/1998.....	199
4.5.1 Aplicabilidade	200
4.5.2 O artigo 2º abrange qualquer crime ambiental cometido por um subordinado? Este delito deve ser cometido no interesse da empresa?	202
4.5.3 O rol de pessoas elencado no artigo 2º é <i>numerus clausus</i> ? A necessidade de efetivo controle	206
4.5.4 Autoria ou participação?	209
4.5.5 O artigo 2º se refere ao efetivo conhecimento ou à cognoscibilidade do delito cometido pelo subordinado? A omissão imprópria culposa	221

4.6 Crimes ambientais omissivos próprios. O artigo 54, parágrafo 3º da Lei 9.605/98. Prevenção e precaução do dano ambiental.....	227
4.7 Conclusão.....	234

5 A PREVENÇÃO DO DANO AMBIENTAL E OS CRIMES DE PERIGO 237

5.1 Introdução	237
----------------------	-----

5.2 A gestão dos riscos. A análise do riscos e a definição dos riscos permitidos.....	238
---------------------------------------------------------------------------------------	-----

5.3 A perplexidade	251
--------------------------	-----

5.4 Algumas das discussões sobre os crimes de perigo como reflexo da perplexidade do mundo jurídico frente aos problemas de uma sociedade do risco.....	254
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

5.5 Análise da estrutura delitiva de alguns tipos penais ambientais relacionados às discussões sobre os crimes de perigo abstrato	269
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

5.5.1 O artigo 54 da Lei de Crimes Ambientais. Crime de resultado, de perigo concreto, abstrato, abstrato-concreto, de aptidão, de perigo hipotético, ou de perigosidade?	272
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

5.5.2 Problemas dos tipos penais ambientais, a dificuldade probatória, o flexível sistema da Lei de Crimes Ambientais e suas sanções. Direito contravencional, Direito Penal de duas velocidades, ou um Direito Penal fanfarrão?	285
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

5.5.3 O artigo 54 da Lei 9.605/98 como crime de resultado qualificado quanto ao meio ambiente. Comparação com tipos correspondentes na Alemanha e Espanha. Os crimes	
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

cumulativos. A influência do discurso do desenvolvimento sustentável, com uma restrita compreensão do dano ambiental relevante (ou, em outros termos, do risco permitido)	295
5.5.4 Os crimes de posse. Os artigos 52 e 56 da Lei 9.605/98.	307
5.5.5 Os crimes de perigo abstrato e as infrações administrativas. Os artigos 55 e 60 da Lei 9.605/98. A instalação de atividades sem licença	310
5.5.5.1 Os impactos ambientais da mineração na América Latina	314
5.5.5.2 Proposta de modificações, <i>de lege ferenda</i> , para os dispositivos brasileiros. O projeto de Código Penal e seus artigos 416 e 419	321
5.5.5.3 A aquisição de produtos de exploração de recursos naturais sem licença constitui crime?.....	326
5.6 Conclusão.....	329

6 A REPARAÇÃO DO DANO NOS CRIMES AMBIENTAIS	335
6.1 Introdução.....	335
6.2 Breve resumo histórico. O progressivo esquecimento da vítima.	336
6.3 A reconsideração das vítimas, especialmente por meio da reparação	340
6.4 A reparação do dano no sistema penal de alguns países.....	342
6.4.1 Alemanha	343

6.4.2 Portugal e Brasil	347
6.5 Pode-se discutir a reparação do dano ambiental no processo penal?	348
6.6 A reparação do dano ambiental e o processo penal na América Latina.	351
6.7 O que reparar, como e quando reparar no processo penal ambiental? A diferença entre reparar, restaurar, recuperar e indenizar	354
6.8 A reparação do dano ambiental no processo penal brasileiro. As previsões da Lei 9.605/98	360
6.8.1 A reparação como requisito para a transação penal. A prévia composição do dano ambiental e a atuação ministerial.....	360
6.8.2 A reparação como requisito para a suspensão condicional do processo	373
6.8.3 A sentença e a reparação	374
6.8.4 Outros artigos que cuidam da reparação do dano ambiental na Lei 9.605/98. A suspensão condicional da pena, a pena de prestação de serviços à comunidade para a pessoa física e a pessoa jurídica, a pena pecuniária	375
6.9 A situação na Argentina	380
6.10 O distinto sistema penal ambiental norte-americano ...	382
6.11 Conclusão	385
Conclusões	389
Bibliografia	403